TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 54/2019

O **Município de SAGRADA FAMÍLIA - RS**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua. 20 de Março, 99, inscrito no CNPJ sob nº 92.410.422/0001-53, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Marcos do Nascimento Santos, inscrito no CPF sob nº 958.844.590-68, de ora em diante denominado de **DISTRATANTE**, resolve **rescindir administrativamente e unilateralmente** o contrato nº. 54/2019 de prestação de serviços de inventário patrimonial e demais serviços técnicos especializados firmado com a empresa DOOP CONSULTORIA E SISTEMAS EIRELI, CNPJ: 97.552.128/0001-08, com sede a Rua Borges de Medeiros, 440, na cidade de Nonoai/RS, representada neste ato pelo seu representante legal, Senhor Ângelo Elias Filipini Bitencourt, inscrito no CPF: 032.721.970-01, doravante denominada de **DISTRATADA**, conforme a seguir estipulado:

O prefeito municipal Marcos do Nascimento Santos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na cláusula quinta do contrato firmado, que prevê a rescisão pelos motivos elencados no art. 78 e incisos, da Lei 8.666/93;

Considerando que a lei 8.666/93 prevê no seu art. 78, inciso IV que:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

Bem como está previsto no art. 79, I, que:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Considerando que até o momento a empresa distratada não compareceu ao município para a prestação dos serviços, bem como não deu retorno às diversas tentativas de contato via telefone e email;

RESOLVE:

- I) Fica rescindido, a partir de 05 de maio de 2020, o contrato N. 54/2019, firmado entre o município de Sagrada Família e a empresa DOOP CONSULTORIA E SISTEMAS EIRELI;
- II) A presente rescisão se dá por ato unilateral do município, com base no art. 78, inciso IV c/c art. 79, inciso I, em razão do atraso injustificado para início do serviço;
- III) A presente rescisão não exime a contratada das penalidades previstas na Cláusula Décima do contrato e no art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- IV) Fica assegurada à contratada o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis à presente rescisão, previstos na alínea "e" do inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93, a contar da sua publicação;

Sagrada Família, 05 de maio de 2020.

Marcos do Nascimento Santos

Prefeito Municipal